

Entrevista com Marcos Napolitano

Ditadura, negacionismo e revisionismo histórico: o ateliê historiográfico de Marcos Napolitano entre cinema, música popular e ensino

Interview with Marcos Napolitano

*Dictatorship, Denialism and Historical Revisionism:
Marcos Napolitano's Historiographical Studio
Between Cinema, Popular Music and Teaching*

Fagno da Silva Soares*

Maycon Douglas Vieira dos Santos**

Entrevista realizada em 27 de junho de 2024, com o intelectual brasileiro Marcos Napolitano, Professor Titular de História do Brasil República do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Destacado historiador, expoente nos estudos em História do Brasil Republicano e História da Cultura, com prolíficas reflexões no vasto e rico *métier* dos estudos em Regime Militar e das relações entre História e audiovisual. Durante a entrevista, o intelectual da historiografia contemporânea brasileira tratou brevemente de sua história de vida e trajetória acadêmico-profissional e de como a História o alcançou. Realizou reflexões sobre os desafios do ofício do professor-historiador na escola e na universidade no século XXI, passando pelo temário da Ditadura Civil-Militar brasileira até a música popular brasileira na historiografia e o ensino de história.

Marcos Napolitano é Professor Titular de História do Brasil República do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Sua produção acadêmico-intelectual gravita em

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Açailândia, Maranhão, Brasil. fagno@ifma.edu.br <<https://orcid.org/0000-0002-0829-300>>

** Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. mdouglas0@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-4739-7813>>

torno das temáticas da História do Brasil Republicano, com reconhecido contributo à historiografia brasileira, sobretudo no alargamento dos estudos sobre aspectos políticos e culturais do Regime Militar e das relações entre ensino de história e o audiovisual. É graduado em História (1985), mestre e doutor em História Social (1994/1999), Livre-Docente em História do Brasil Independente (2011) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Foi professor visitante no *Institut d'Hautes Etudes d'Amérique Latine* (IHEAL) da Universidade de Paris III Nouvelle-Sorbonne (2009) e na Universidade de Santiago do Chile (2018/2020). Também foi professor de Teoria de História no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (UFPR, 1994-2004), tendo sido coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGH/UFPR, 2001-2003) e presidente da Associação Paranaense de História (APAH, 2000-2002). Foi também vice-presidente da Rama Latinoamericana da *International Association for the Study of Popular Music* (IASPM, 2004/2006), participou do Programa de Seminário do *Center for the Study of Brazilian Culture and Society Kings College - University of London* (UL, 2000). Participa do Conselho Editorial e Consultivo de importantes periódicos nacionais e internacionais na área de História, como assessor *ad hoc* das principais agências de fomento à pesquisa no país com a FAPESP e CNPq, sendo bolsista produtividade desta última desde 2007 (estando atualmente na qualidade de Pesquisador PQ 1C). É um dos líderes do Grupo de Pesquisa CNPq “História e Audiovisual” e pesquisador principal do Projeto Temático FAPESP “Audiovisual, História e Preservação: o lugar dos cinejornais e das telerreportagens brasileiros na construção da memória (1946-1974)”. Pesquisador solícito e dedicado, mantém uma agenda de conferências e palestras por todo o Brasil, atuando também na organização de congressos e seminários. Esteve em mais de 200 bancas de exames de qualificação e defesas de teses e dissertações, além da participação em outras comissões julgadoras como bancas de concurso público e livre-docência. Supervisionou aproximadamente 20 pesquisadores de pós-doutorado. Em sua profícua e reconhecida contribuição à historiografia contemporânea brasileira, já publicou dezenas de artigos científicos nos principais periódicos nacionais e internacionais, assim como vários livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização sobre História do Brasil Contemporâneo. Em sua vasta produção historiográfica,

destacam-se os seguintes livros de sua autoria, coautoria ou sob sua organização, a saber: *Juventude e Contracultura* (2023), *Monumentos, memória e violência* (2022), *História Contemporânea 2* (2020), *O cinema e as ditaduras militares* (2018), *Coração Civil: A vida cultural brasileira sob o regime militar* (2017), *História do Brasil República* (2016), *1964 - História do Regime Militar Brasileiro* (2014), *História e Cinema* (2007), *Como usar o cinema em sala de aula* (2003) e *O Regime Militar Brasileiro 1964-1985* (1998), para citar alguns.¹ O conjunto de sua extensa obra reverbera junto à comunidade historiadora, sobretudo junto aos pesquisadores interessados em refletir o Brasil Contemporâneo, mais especificamente, o temário da Ditadura Militar, das relações entre a história e o audiovisual, como os rumos da música popular na historiografia brasileira e o ensino de história.

Fagno da Silva Soares e Maycon Dougllas Vieira dos Santos: Bom dia, caríssimo professor Marcos Napolitano. Agradecemos a disponibilidade e o modo tão solícito e gentil, que de pronto se dispôs para esta entrevista conosco, e, por conseguinte, registramos nossa satisfação em realizá-la. Tomaremos como mote inicial desta nossa interlocução a sua trajetória pessoal, ou seja, sua história de vida para compreender a profissional. Entendemos que para compreender o profissional da educação e historiador Marcos Napolitano, antes de tudo, devemos pensar sobre sua trajetória pessoal. Sabemos que, de modo geral, a história acadêmica está diretamente articulada à história de vida. Assim, desejamos iniciar em sucintos relatos, ouvindo um pouco de sua história de vida desde a infância, suas primeiras leituras e interesses, bem como as motivações que o levaram à escolha da carreira de historiador. E, afinal, quem é Marcos Napolitano?

Inicialmente, gostaria de agradecer o gentil convite de vocês e os editores da Revista. Confesso que não gosto muito de falar de mim mesmo (risos), mas de todo modo me sinto honrado com o convite. Nasci em São Paulo, no início dos anos 1960, em uma família de classe média baixa, descendente de imigrantes de várias nacionalidades que chegaram ao Brasil no final do século XIX (italianos, sobretudo, mas também espanhóis, portugueses e alemães). Minha mãe, uma pessoa muito importante na minha primeira formação e em despertar meu interesse pelo mundo, era professora primária da Prefeitura de São Paulo. Eu sempre gostei de História, desde o Fundamental II (na época,

chamava-se “Curso Ginásial”), mas eu queria mesmo ser desenhista ou de publicidade ou de quadrinhos. Mais tarde, pensei em ser cartógrafo. Mas na luta entre (falta de) talento e vocação, a primeira saiu ganhando e a vida tomou outros rumos. Aos 15 anos comecei a trabalhar como *office boy* no Banco do Brasil, e mais tarde me tornei funcionário. Lá, tive uma colega muito legal e querida que era aluna de História na USP, acho que isso me influenciou na escolha acadêmica. No vestibular, também pensei em fazer o curso de Cinema na ECA (eu já era um cinéfilo adolescente), mas o curso era integral e eu não podia deixar meu trabalho. Enfim, no vestibular, coloquei História como primeira escolha e fui aprovado na USP e na PUC. Tinha 18 anos e confesso que por imaturidade e características do próprio curso, eu não gostei nada nos dois primeiros anos. Quase abandonei o curso. Mas acabei ficando, graças em grande parte aos meus grandes amigos de graduação (que até hoje estão presentes na minha vida).

Marcos Napolitano, como a História o encontrou? Fale-nos um pouco das influências teóricas principais que teve durante a sua graduação em História na década de 1980 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Quais correntes dominavam a cena acadêmica e como isso o afetou profissionalmente? E conte-nos como foi o mestrado e doutorado em História Social nos anos 90, também na USP, e seu ingresso na carreira universitária e sua passagem pela UFPR. Nesse sentido, quais os intelectuais e pensadores/as exerce(ra)m importante papel na sua formação inicial e continuada como historiador e intelectual brasileiro?

A partir de 1983, no terceiro ano do curso de História, as conexões entre vida acadêmica, militância sindical e teia de afetos pessoais e políticos entraram em sintonia, e engatei no curso para valer. Viviam-se o começo da “História dos Vencidos” e da febre de História social dos trabalhadores, dos “de baixo”. Na graduação, o marxismo mais ortodoxo e economicista começava a dar espaço para novos autores, mais “culturalistas”, como Walter Benjamin e Michel Foucault. Mas, como todo aluno de graduação da época, eu era muito influenciado por modas teóricas, e nem sempre fazia uma leitura densa dos autores. Nesse ponto foi fundamental o trabalho de polimento da professora Maria Helena Capelato, minha orientadora de mestrado, que sempre foi crítica dos modismos teóricos, dos usos superficiais dos conceitos, do frasismo retórico e do

excesso de militantismo que às vezes dominava a pesquisa histórica da época. Ao longo do mestrado ela me ensinou a pensar os conceitos, aplicá-los sem ecletismo teórico, evitar excessos de adjetivos e advérbios no texto acadêmico, utilizar mais fontes e historiografias na argumentação, do que retórica pseudo-teórica. Até hoje guardo essas regras básicas para a pesquisa. De todo modo, o campo da História dos Vencidos, a História Social Inglesa, Benjamin e Foucault fizeram parte da minha salada teórica pessoal na graduação e mesmo no mestrado. No doutorado, dando mais premência ao objeto de pesquisa, cheguei a flertar com a obra de Pierre Bourdieu, mas nunca aderi completamente. Entre os autores brasileiros, Antonio Candido é minha referência, seja em estilo, seja em abordagem analítica, seja em respeito pela obra de arte em suas conexões sociológicas. Sempre pensava na pós-graduação: “quando eu crescer quero escrever como o professor Antonio Candido”. Já passei dos 60, até acho que melhorei como escritor desde os 30, mas ainda não consegui atingir essa meta (risos). De todo modo, ela está traçada (risos).

Depois de graduado fiquei alguns anos dando aula no Ensino Médio, mas quase aos 30 anos resolvi pensar para valer em fazer pós-graduação. Graças a amigos, tomei contato com a professora Maria Helena Capelato, que me acolheu prontamente, mesmo sem me conhecer, pois ela não dava aulas no curso quando eu estava na graduação. Aí começou a minha carreira historiográfica propriamente dita, mas eu não tinha nenhum plano profissional, nem imaginava que pudesse me tornar docente em uma Universidade pública. Eu queria apenas expandir minhas possibilidades profissionais, pois ainda era bancário, e fazer uma boa pesquisa sobre os movimentos de protesto no final da ditadura, dos quais eu mesmo participara. Mas a (boa) “roda viva” veio e me abriu a possibilidade de um concurso em Curitiba, ainda mestrando, na Universidade Federal. Lá me tornei docente e historiador profissional, efetivamente, e pude viver o dia a dia de um Departamento de História consolidado e referencial para a área. O resto é Lattes (risos).

Passados 60 anos desde o golpe militar no Brasil, parece que o espectro da Ditadura continua a rondar nossa jovem e imatura democracia, a sanha e o cio golpista parecem nunca cessar, pois ainda não superamos 64, um passado que insiste e não quer passar. Recentemente, o fatídico 8 de janeiro de 2023 foi uma clara tentativa de golpe militar, que esperamos ser uma efeméride do

dia em que a democracia venceu os atos golpistas. Já em sua dissertação defendida em 1994, cujo título bastante provocativo dava a ver a importância das práticas de resistência, “Nós, que amávamos tanto a Democracia: Protesto de rua contra o regime militar na Grande São Paulo – 1977/1984”,² o senhor destacou a importância das práticas de resistência contra o regime militar. Diante dessa análise histórica, quais lições podemos extrair dos protestos daquele período? Além disso, à luz dos acontecimentos subsequentes, a decisão de anistiar os torturadores foi um erro estratégico ou inevitável no processo de redemocratização?

O meu mestrado foi desenvolvido sob o impacto das lutas sociais contra a ditadura e em meio a uma “utopia democrática”, por assim dizer. Essa agenda alinhada ao contexto da época foi um desafio para a pesquisa, pois eu estava muito envolvido com as pautas e atores dos movimentos, sobretudo dos anos 1980, e isso prejudicou meu senso crítico. Idealizei demais as potencialidades das lutas democráticas e não vi suas contradições. Mas o trabalho também tem virtudes, creio. Por exemplo, eu propus conexões entre eventos e personagens que não tinham sido feitas até então, para entender como a cultura política democrática chegou às ruas, na forma de protestos, com suas performances e palavras de ordem. Também aprendi a trabalhar com uma grande massa documental, que até então fora pouco trabalhada (sobretudo documentos dos próprios movimentos, mas também com a imprensa, tomando as matérias mais como representações do que como evidências do fato). Acho que o principal legado dos protestos democráticos no final da ditadura foi a própria Constituição que temos hoje (embora à época, eu não tenha feito essa conexão). Ela foi fruto de mobilização e de articulação com grandes lideranças parlamentares comprometidas com a democracia, ainda que essa palavra tivesse sentido diferente para os liberais progressistas e para a esquerda socialista. Acho que o foco principal das lutas democráticas da época não deu luz para a questão da reparação histórica, embora partilhasse de uma cultura geral dos Direitos Humanos como base da democracia contemporânea. Essa pauta acabou restrita aos Grupos contra a tortura e familiares de mortos e desaparecidos. Na própria Constituinte, o tema da revisão da Anistia de 1979 nunca chegou a ser aprofundado. Em resumo, a opção primeira dos movimentos sociais (sindicais, de bairro, partidários) era construir o futuro nas bases da “utopia democrática”. Além disso, os militares e conservadores blo-

quearam qualquer possibilidade de revisão da Anistia. Portanto, a anistia a torturadores não foi “erro”, nem “estratégia”. Foi a imposição da “Realpolitik” sobre os ideais de democracia e justiça. Sintomaticamente, quando a democracia começa a ser atacada, no início do século XXI, o tema da reparação, verdade e justiça ganha força como pauta não resolvida do passado e da transição democrática.

Quando o 31 de março durou 21 anos, vivemos tempos de censura, tortura, cassação e suspensão de direitos, assassinatos, repressão e parte da sociedade respondeu com mobilização e resistência mesmo frente à opressão. Em grande medida a cultura nos salvou, foi a arte como protesto para que não se esqueça e nunca mais aconteça! A Comissão da Verdade identificou um total de 434 vítimas fatais da Ditadura Civil-militar no Brasil, sendo: 191 pessoas assassinadas, 33 desaparecidas e já localizadas e 210 ainda desaparecidas.³ Considerando esses dados, quais medidas de reparação histórica ainda são necessárias para que possamos alcançar uma justiça plena e um reconhecimento adequado das vítimas e seus familiares?

Em termos ideais, seria preciso construir dois caminhos institucionais. O primeiro, calcado em uma pedagogia da memória mais comprometida e integrada na crítica à ditadura e na promoção dos Direitos Humanos. O segundo, em paralelo, criar as possibilidades jurídicas e institucionais de punição a agentes de Estado da ditadura que foram torturadores e assassinos. Confesso que não tenho muitas ilusões com a política brasileira, e não acho que haja clima político-eleitoral ou institucional para retomar essa pauta. Por outro lado, acho que é possível — até como resistência a essa impunidade e ao negacionismo que está ganhando a sociedade civil — ampliar e aprofundar uma política de memória mais assertiva e integrada na promoção da democracia e dos Direitos Humanos, e na compreensão do que foi a ditadura e quais seus legados para a violência do Estado após seu fim. Para isso, é preciso integrar os currículos de ensino às políticas culturais e patrimoniais da memória crítica da ditadura. E quando eu digo “crítica”, entendo que é preciso ir além da condenação simplória da ditadura, da mera vilanização dos militares. Trata-se de um regime autoritário complexo que deve ser abordado de maneira igualmente complexa pela historiografia. Mesmo no ensino básico é preciso combater o negacionismo com boa historiografia. Tenho mais fé nesse segundo

caminho, ainda que talvez ela não consiga reverter decisões jurídicas que selaram a impunidade dos torturadores.

Suas obras reúnem reflexões circunscritas no amplo métier das relações entre a História e o Audiovisual, tendo contribuído na inserção desse tema no debate do Ensino de História, como vemos em sua tese de doutoramento defendida em 1999, sob orientação da professora Maria Helena Rolim Capelato, com o título “Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da Música Popular Brasileira (1959/1969)”,⁴ publicado na forma de livro dois anos depois. Nesse sentido, conte-nos um pouco de como tem avaliado os avanços da historiografia da música popular no Brasil,⁵ sobretudo, nas duas últimas décadas.⁶

Eu estou um pouco afastando desse campo historiográfico, ao menos há uns dez anos. Mas tenho participado de bancas e tomado contato com projetos e artigos como parecerista de agências financiadoras e periódicos. Acho que a grande fatura da historiografia da música (popular) foi consolidar um método de análise de canções que vá além da análise da “letra” e que vá além da canção como “ilustração” de um contexto histórico que lhe é exterior. As principais teses sobre música, desde que eu fiz o doutorado, têm tido mais cuidado em analisar as canções como fontes históricas, em sua materialidade social, em seu suporte sonoro e em suas especificidades como canção. Acho que o meu doutorado foi um dos tijolinhos desse novo método, à medida que eu insistir no fonograma como suporte material dessa fonte histórica chamada “canção”, ao mesmo tempo que tomava a fonografia e os festivais musicais da TV em sua linguagem própria e suas contradições como objetos culturais, estéticos e comerciais a um só tempo. Aqui, devo reconhecer a importância das aulas e textos do professor Arnaldo Contier, titular de História Contemporânea no curso de História da USP, que foi talvez o primeiro a pensar o fonograma e a “escuta” social e ideológica como formadora da memória e das narrativas históricas da música. Mas há toda uma geração de historiadores da música que já avançaram muito nesse campo, articulando análises musicológicas sofisticadas com o contexto social da obra.

Ainda nos termos do que representa o Regime Militar para a sociedade contemporânea brasileira e dos avanços e conquistas da historiografia nesse campo,

como por exemplo da incorporação da participação civil no golpe, quais outros temas ainda merecem atenção dos historiadores para aprofundamentos?

A Comissão Nacional da Verdade coligiu novas fontes e estimulou a pesquisa sobre grupos sociais e vítimas coletivas que, até então, eram negligenciadas pela própria memória das esquerdas. Por exemplo, os indígenas, negros e LGBTQIA+. Esses temas cresceram muito no campo das pesquisas, desde 2014. Outra fatura foram os trabalhos focados em grupos profissionais e empresariais na sua relação com a ditadura. Acho que a História Política também está se descolando, teórica e metodologicamente falando, dos trabalhos de Ciência Política para analisar o golpe e a ditadura. Há muito o que estudar nesse campo, sob o prisma da História, por incrível que pareça. O grupo de pesquisa História & Audiovisual, por sua parte, está dando uma contribuição importante para uma história visual da ditadura, a partir da pesquisa em cinejornais, filmes de ficção, televisão e fotojornalismo. No momento, estou envolvido em uma pesquisa sobre a história visual do golpe de 1964. Entendo que as narrativas visuais são fundamentais para a construção da memória dos eventos, sobretudo em uma sociedade altamente marcada pelo consumo de imagens, como a nossa.

Vivemos uma incontornável virada nos debates historiográficos no esteio das chamadas humanidades digitais, como bem indicava de modo visionário o historiador Roy Rosenzweig,⁷ que, com o intento de mapear os impactos das novas tecnologias de comunicação e informação no ensino e pesquisa em história, redimensiona as práticas e saberes na oficina de Clio, para democratizar o fazer histórico. Considerando os efeitos da “revolução digital” no fazer historiográfico, sobretudo na pesquisa histórica, bem como na mediação e divulgação do conhecimento histórico e os embates teórico-metodológicos e discussões que gravitam em torno da História Pública Digital,⁸ quais seriam nossas ferramentas para enfrentar os debates revisionistas da história?

Não sei se sou a melhor pessoa para fazer essa reflexão e propor ações. Reconheço a importância da divulgação historiográfica nas redes sociais e do mundo digital para a circulação da história, cheguei a organizar um evento sobre “História nas Redes”, mas tenho certa aversão pessoal à exposição nessas e em outras mídias. Acho que há toda uma geração de historiadores e es-

tudantes de história que trabalham muito bem com esses meios, evitando intervenções superficiais e adequando a linguagem e o conteúdo historiográfico aos vários públicos-alvo. Meu trabalho com interfaces no campo da História Pública tem sido mais voltado para a participação em lives e na produção de textos e materiais voltados para os professores de História, como no caso do combate ao Negacionismo. Mas, definitivamente, não sou um youtuber, não tenho nem figura, nem paciência (risos). Por outro lado, adoro navegar na rede e descobrir novos arquivos digitais e conhecer iniciativas em Humanidades Digitais. Eu mesmo fiz parte, como um dos editores da área de música, de um grande projeto internacional nessa área que culminou na criação do portal “Transatlantic Cultures”, voltado para a história das circulações culturais transatlânticas entre o século XVIII e o século XX.

Ainda nesses termos, faz mister compreender os desafios da História Pública Digital, que são reflexões das transformações ocorridas com o trato e construção do conhecimento científico nos últimos anos desde o advento e popularização da internet. Em linhas gerais, os aspectos positivos da História Pública Digital são, por certo, a democratização da produção e do acesso ao conhecimento histórico. No contraponto, temos também alguns aspectos negativos da História Pública Digital, a exemplo da produção de fontes históricas carregadas de elementos pautados no negacionismo e do fenômeno das fake news, o favorecimento de “ditabranda” que, em grande medida, contribuiu para a apologia à ditadura nos dias atuais.⁹ Diante da ampla produção e acesso à documentação histórica digital, quais são as melhores estratégias para lidar com o negacionismo histórico?

Acho que o negacionismo deve ser, em primeiro lugar, bem conceituado e compreendido no campo historiográfico. É preciso distingui-lo, por exemplo, da sua “doença infantil”, o revisionismo ideológico. Escrevi bastante a respeito e, mesmo reconhecendo pontos de contato entre os dois, deve-se entender as manhas e artimanhas de cada um. Também é preciso disseminar a ideia de que a História não é mera narrativa ou “lugar de fala”, mas conhecimento organizado, objetivo e crítico, ainda que possa ser analisado por vários ângulos e de que a ideologia e a subjetividade do historiador e do professor de História devem atuar na construção da pauta, da perspectiva e da problemática de pesquisa, mas nunca interferir na ética do conhecimento objetivo. A

partir desse debate, é preciso dar apoio institucional, político e formativo aos professores do Ensino Básico, os mais atacados pelos negacionistas e revisionistas. Em relação às estratégias de combate ao negacionismo, penso em três frentes de ação. Em primeiro lugar, os historiadores brasileiros precisam escrever mais livros “narrativos”, voltados para os vários públicos leitores. Em segundo, para quem tem talento e paciência, ocupar as redes sociais com bom conteúdo historiográfico. Em terceiro, analisar e desconstruir criticamente as iniciativas negacionistas, sem cair na armadilha de “debater” com negacionistas. Tudo isso também pode dialogar com o campo da História Pública, lembrando que ela se define não apenas pelas atividades de extensão de historiadores profissionais, mas sobretudo pela forma que a sociedade vive e incorpora a experiência e os conteúdos histórico-historiográficos.

Compreendemos, pois, que o ensino de história em grande medida se conecta a uma historicidade demarcada pelas relações entre educador/educando, amparada pela mobilização de conceitos históricos e na percepção crítica de mundo dos aprendentes historicizada no espaço e tempo presente garantindo a inteligibilidade do processo histórico aos estudantes à medida que se compreendem no tempo em suas relações entre passado e presente permeados pela reflexão sobre as diferentes temporalidades de desnaturalizar o tempo, tomado como uma construção histórica, social e cultural e também narrativa, ou seja, pensar historicamente. Se considerarmos a História do Ensino da História no Brasil veremos que ela esteve a serviço das elites, formando os quadros dominantes da sociedade.¹⁰ Diante disso, poderia comentar um pouco sobre sua própria contribuição para o campo de estudos do ensino de História, especialmente no que se refere ao papel social do professor/pesquisador na construção da consciência histórica dos estudantes em diversos contextos educacionais?

Eu sempre dei muita atenção à produção de textos e participação em cursos voltados para a formação de professores do ensino básico. Além disso, nas minhas disciplinas de graduação, parto da premissa da indissociabilidade entre ensino e pesquisa (aliás, um dos pilares do PPP do Departamento de História da USP). Obviamente, haverá historiadores mais voltados para a pesquisa ou mais para o ensino, mas sob o ponto de vista formativo, não deve haver separação. Um bom professor é aquele que sabe fazer pesquisa, que tem autonomia intelectual para preparar uma aula e construir uma problemática em sala de aula. Mas

o desafio é grande, pois grande parte do professorado que atua no ensino básico público, seja por condições socioeconômicas, seja por deficiências de formação acadêmica, chega às salas de aula com pouco repertório teórico, metodológico e historiográfico, sem falar em repertório cultural para além de sua experiência direta. É fundamental contribuir para a formação continuada desses profissionais que, em grande maioria, são os heróis do chão da escola e que estão na linha de frente do combate ao negacionismo e ao esquecimento. Mas é muito importante que a Universidade não parta do princípio que vai “levar conhecimento” de maneira unidirecional ou disseminar “fórmulas” prontas para uma aula feliz e bem-sucedida. Sempre que eu trabalho com professores em cursos, começo a aula dizendo: “Não vou ensinar fórmulas para dar boas aulas. Tudo que eu disser aqui tem de ser filtrado por vocês e pode funcionar em um contexto e não funcionar em outro. Vocês é que devem ter repertório e decidir como e onde usá-lo”. Além disso, muitos professores desenvolvem suas próprias metodologias e conteúdos em sala de aula, mas, para tudo isso, o repertório historiográfico e cultural é fundamental.

Diante da proliferação de conteúdos históricos em diversas mídias digitais e da crescente presença de narrativas negacionistas e revisionistas, o ensino de História enfrenta desafios significativos. A difusão histórica em diferentes ambientes e linguagens destaca a importância da História Pública Digital. O papel dos professores de História é crucial para promover uma análise crítica da realidade social e desenvolver uma consciência histórica nos alunos. Apesar dos avanços no ensino de História no Brasil, persistem desafios como o eurocentrismo e a fragmentação dos saberes históricos. Quais seriam as possíveis relações entre o ensino de História e a História Pública? De que maneira essas duas áreas podem se complementar para promover uma compreensão mais ampla e crítica do passado entre os estudantes e o público em geral?

Dito de maneira muito direta e genérica, acho que o ensino de história deve incorporar a História Pública, ou seja, aquele conjunto, às vezes meio amorfo, de conteúdos historiográficos, memórias sociais, fragmentos de narrativas, imaginários, repertórios midiáticos e culturais sobre os diversos temas do passado. Na verdade, é uma relação de circularidade entre o Ensino, baseado na historiografia e em materiais com coerência teórica e metodológica, chancelados por historiadores, e a cultura histórica de uma sociedade. Sempre

lembrando que a cultura histórica também passa pelo esquecimento. Em outras palavras, não se deve partir do princípio de que o esquecimento histórico é um “defeito”, mas tomá-lo como parte do próprio processo social que institui uma determinada relação com o passado histórico.

Prof. Dr. Marcos Napolitano, em sua tese de Livre-docência (USP, 2011),¹¹ você abordou a relação entre cultura, política e sociedade no Brasil contemporâneo. Em particular, você discutiu o papel dos movimentos sociais na construção da identidade e da resistência popular. Vale ressaltar que a resistência cultural contra a ditadura surge em meio à expansão da indústria cultural no Brasil. Como você vê a influência desses movimentos na formação da consciência política e na transformação social no contexto brasileiro atual?

Acho que a cultura, o consumo cultural e a circulação de formas artísticas diversas em uma sociedade são parte da construção de uma cultura histórica e política. Elas podem criar consciências críticas, mesmo em contextos em que o mercado estrutura o consumo cultural. Nesse sentido, tenho uma concepção materialista de cultura, ainda que reconheça que essa relação pode ensejar subjetividades diversas e não necessariamente opostas à fruição estética que ajuda a dar forma ao ser social. Tanto no meu doutorado sobre a formação da MPB quanto na minha livre docência, defendida em 2011 e publicada em versão revista e ampliada 2017, procurei analisar as contradições e a dialética entre política e cultura, entre arte e mercado, entre ideologia e consumo. Procurei evitar tanto o catastrofismo crítico, controlando meus próprios preconceitos, diga-se, como a idealização da resistência cultural. Acho que aqueles movimentos artístico-culturais dos anos 1960 e 1970 foram muito importantes no desgaste da ditadura junto, principalmente, às classes médias. Mas acho que, apesar de terem gerado obras-primas e serem um grande patrimônio cultural brasileiro que deve ser conhecido por todos, perderam centralidade na agenda cultural atual. Em outras palavras, não mais constituem uma esfera pública político-cultural vigorosa, como no passado. Os temas não passam mais pelo “nacional-popular”, pelo papel das “vanguardas modernas”, pelo conceito de humanismo e democracia em sentido mais genérico e vago, pela revolução política ou pela revolução estética. As pautas atuais estão mais voltadas para a busca de reconhecimento de subjetividade historicamente reprimidas, para agendas de afirmação setorial e interseccional, para o

combate aos preconceitos e invisibilidades sociais. A esfera pública atual da cultura, com suas faturas e contradições, está mais ligada a essas pautas.

Como você enxerga o papel dos lugares de memória na construção das narrativas em disputa sobre a ditadura civil-militar no Brasil? Como esses espaços contribuem para a reflexão pública sobre esse período da história brasileira e para a preservação da memória coletiva?

Sem dúvida, mas a formalização e o reconhecimento desses espaços devem ser articulados às políticas públicas de educação e de memória. A memória social é fruto do que se preserva, em termos materiais, e do que se constrói, em termos simbólicos. Por outro lado, é preciso levar em conta o risco de “comodificação” do passado, ou seja, transformar o patrimônio em parte do complexo de entretenimento público e consumo de massa. Nada contra, mas esse processo deve ser sempre revisto, problematizado e refletido pelos profissionais dos museus, arquivos e pelos historiadores, para que o público também possa fruir os “lugares de memória” criticamente e estar atento a esse risco. No caso do patrimônio da ditadura e da repressão, é preciso que as políticas de patrimônio entendam esses lugares como “cenas de crime” e evitem intervenções que possam glamorizá-los ou descaracterizá-los completamente. As mediações educativas, seja para o grande público, seja para públicos escolares, são fundamentais para que os lugares de memória sejam também lugares de reflexão crítica sobre o passado.

Professor Marcos, agradecemos por nos receber em seu ateliê historiográfico. Obrigado! Muitíssimo obrigado!

Eu é que agradeço a oportunidade de falar um pouco mais sobre minha trajetória e minhas perspectivas sobre a prática historiográfica.

REFERÊNCIAS

Livros e coletâneas

MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, M. (Orgs.). *O cinema e as ditaduras militares*. 1. ed. São Paulo: Intermeios / FAMECOS / FAPESP, 2018. v. 1. 231p.

- MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica (Orgs.). *História e Documentário*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. v. 1. 322p.
- NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). *Monumentos, memória e violência*. 1. ed. São Paulo: Letra & Voz, 2022. v. 1. 320p.
- NAPOLITANO, Marcos; MORETTIN, Eduardo; SALIBA, Elias; CAPELATO, Maria Helena (Orgs.). *História e Cinema*. 1. ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007. v. 1. 389p.
- NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, R. P. S. (Orgs.); CZAJKA, R. (Org.). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. v. 1. 362p.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. v. 1. 365p.
- NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. v. 1. 159p.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar a TV em sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999. 137p.
- NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003. v. 1. 249p.
- NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico*. 1. ed. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2017. v. 1. 397p.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000. v. 1. 136p.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2002. v. 1. 178p.
- NAPOLITANO, Marcos. *História Contemporânea 2 - Do Entreguerras à Nova Ordem Mundial*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020. v. 1. 159p.
- NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. v. 1. 172p.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: história cultural da música popular*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. v. 01. 117p.
- NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023. v. 1. 176p.
- NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)*. 1. ed. São Paulo: Editora Atual, 1998. 108p.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/1969)*. 1. ed. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001. v. 1. 370p.

ROSENZWEIG, Roy. *Clio Conectada: O futuro do passado na era digital*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Artigos

ABUD, Kátia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: FA-
PERJ, 2007.

BITTENCOURT, Circe. “Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana”. *Revista Brasileira de História*, v. 13, n. 25-26, set. 1992/ago.1993. p. 193-221.

FLECHET, A; NAPOLITANO, Marcos. Musique et politique en Amérique latine - Introduction du dossier. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 2015, p. 1-6, 2015.

FLECHET, A; NAPOLITANO, Marcos. Musique populaire et dictature militaire au Brésil: dynamiques contestataires et logiques de marché (1964-1985). *Nuevo Mun-
do-Mundos Nuevos*, v. 2015, p. 1-20, 2015.

NAPOLITANO, Marcos; La Cancion Comprometida en Brasil. *Cuadernos Americanos*. Nueva Época, México, v. 5, n. 65, 1997.

NAPOLITANO, Marcos; MORETTIN, Eduardo; SELIPRANDY, F. El perpetrador en el cine brasileño: genealogía de un personaje (1979-2007). *International Journal On Collective Identity Research*, v. 2, p. 1-18, 2021.

NAPOLITANO, Marcos; MORETTIN, Eduardo. História e Audiovisual: formação e percursos de um grupo de pesquisa. *Revista Antíteses*, v. 12, p. 563-578, 2019.

NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, M. M. Tropicalismo: As relíquias do Brasil em debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 53-75, 1998.

NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, M. C. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História* (Impresso), São Paulo, v. 20, n. 39, p. 167-189, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Já temos um passado: 40 anos do LP “Chega de Saudade”. *Latin American Music Review*, Austin, Texas, v. 21, n. 1, p. 59-65, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Tradição e Ruptura: A Chave do sucesso da Moderna Canção Brasileira. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 24-29, 1996.

NAPOLITANO, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955-1968). *Estudos Histó-
ricos* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 28, p. 103-124, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. A breve primavera antes do longo inverno: uma cartografia

- da cultura brasileira antes do Golpe de Estado de 1964. *História Unisinos*, v. 18, p. 418-428, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. A canção engajada no Brasil e no Chile: uma perspectiva comparada. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, v. 14, p. 17-23, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. A Canção Engajada no Brasil. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 241, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. A formação da MPB e sua trajetória histórica (1965-1982). *Revista Humania del Sur*, v. 9, p. 51-63, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da Música Popular Brasileira: síntese bibliográfica e desafios atuais da pesquisa histórica. *ArtCultura (UFU)*, v. 8, p. 135-150, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985). *Estudos Ibero-americanos PUCRS* (Impresso). v. 43, p. 346-366, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. A Invenção da Música Popular Brasileira: um campo de reflexão para a História Social. *Latin American Music Review*, Austin, v. 19, n. 1, p. 92-105, 1998.
- NAPOLITANO, Marcos. A janela de Carolina e o espelho de Lindonéia: duas antimusas de um mundo que se desagrega. *ArtCultura (UFU)*, Uberlândia (MG), v. 1, p. 9-16, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História* (Impresso), São Paulo, v. 24, n.47, p. 103-126, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. A Música Brasileira na década de 1950. *Revista USP*, v. 87, p. 56-73, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. A Música Popular Brasileira nos anos 60: apontamentos para um balanço historiográfico. *História, Questões e Debates*, Curitiba, v. 28, p. 123-149, 1999.
- NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. *Temáticas* (UNICAMP), v. 37-38, p. 25-56, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. A Semana e o Século - o longo modernismo brasileiro em perspectiva histórica. *Santa Barbara Portuguese Studies*, v. 10, p. 6-22, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Allegro ma non Danzante: O Nacional-Popular em “O Banquete” de Mário de Andrade. *Latin American Music Review*, Austin, Texas, v. 24, n.1, 2003.

- NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. *Saeculum* (UFPPB), v. 39, p. 205-218, 2018.
- NAPOLITANO, Marcos. Art et Engagement politique lors du processus brésilien de retour à la démocratie: la question des 'patrouilles idéologiques' (1978-1981). *Bresil(s)*, v. 5, p. 125-148, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Arte e Revolução: Entre O Artesanato dos Sonhos e A Engenharia das Almas (1917-1968). *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 8, p. 07-20, 1997.
- NAPOLITANO, Marcos. Cartografias transatlânticas da música popular nas Américas. *Revista USP*, v. 123, p. 45-58, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. Cultura como instrumento de transformação social: limites e possibilidades. *Revista Ideias*, São Paulo, v. 32, p. 221-235, 2004.
- NAPOLITANO, Marcos. Desafios para a História nas encruzilhadas da memória: entre traumas e tabus. *História, Questões e Debates*, v. 68, p. 18-52, 2020.
- NAPOLITANO, Marcos. Disputas de memória e crise da cidade: apropriações e usos dos lugares de memória. *Memoricidade - Revista do Museu da Cidade de São Paulo*, v. 2, p. 58-68, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Do Sarau ao Comício: inovação Musical no Brasil (1959/1963). *Revista USP*, São Paulo, n.41, p. 168-187, 1999.
- NAPOLITANO, Marcos. Entre o imperativo da resistência e a consciência da derrota: a literatura brasileira durante o regime militar. *Literatura e Sociedade*, v. 23, p. 232-243, 2017.
- NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970) um balanço historiográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 0, p. 35, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Eu organizo o movimento, eu oriento o carnaval: uma leitura comparativa das trajetórias de Edu Lobo e Caetano Veloso nos anos 60. *Revista de Ciências Humanas* (Curitiba), Curitiba, v. 10, n.1, p. 229-243, 2001.
- NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. *Estudos Avançados*, v. 33, p. 397-420, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. História e música popular: um mapa de leitura e questões. *Revista de História (USP)*, v. 157, p. 153-172, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos. Hoje preciso refletir um pouco: ser social e tempo histórico na obra de Chico Buarque de Hollanda 1971/1978. *História*, Assis, v. 22, n.1, p. 115-134, 2003.
- NAPOLITANO, Marcos. Latinskaya Amerika: as relações entre a União Soviética e a

- América Latina (1957-1962). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 27, p. 379-402, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. Linguagem e canção: uma proposta para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, v.7, n. 13, ANPUH/Marco Zero, São Paulo, 1986.
- NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). *Estudos Avançados*, v. 24, p. 389-402, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970. *Estudos Avançados*, v. 28, p. 41-58, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. Nós, Que Amávamos Tanto A Democracia: Protestos de Rua Contra O Regime Militar. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, Belo Horizonte, n. 7, p. 52-60, 1996.
- NAPOLITANO, Marcos. O conceito de MPB nos anos 60. *História, Questões e Debates*, Curitiba, v. 16, n.31, p. 11-30, 2000.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 64 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão bibliográfica. *Contemporanea - Historia y problemas del siglo XX*, v. 2, p. 208-217, 2011.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de Estado (1964) no Brasil visto por um cinejornal soviético. *Fotocinema. Revista científica de cine y fotografía*, p. 29, 2020.
- NAPOLITANO, Marcos. O longo modernismo: reflexões sobre a agenda político-cultural do século XX brasileiro. *Revista Vórtex*, v. 10, p. 1-23, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. O olhar tropicalista sobre a cidade de São Paulo. *Varia História (UFMG)*, Belo Horizonte, v. 21, n.34, p. 504-520, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. Processos políticos, atores sociais e disputas de memória sobre a ditadura militar brasileira. *Passés Futurs*, v. 12, p. 1-15, 2022.
- NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. *Antíteses* (Londrina), v. 8, p. 9-44, 2015.
- NAPOLITANO, Marcos. Representações Políticas no Movimento Diretas-Já. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 207-219, 1995.
- NAPOLITANO, Marcos. Suicidas e foliões: chanchada, carnavalização e realismo no filme *Tudo azul*, de Moacyr Fenelon (1951). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 26, p. 133-153, 2013.
- NAPOLITANO, Marcos. Um modernismo, duas ditaduras: a vertente conservadora do modernismo brasileiro e as políticas culturais autoritárias ao longo do século

XX. *ArtCultura Revista de História, Cultura e Arte Uberlândia*, v. 25, p. 200-221, 2023.

NAPOLITANO, Marcos. Variáveis do filme histórico ficcional e o debate sobre a escritura fílmica da história. *História, Questões e Debates*, v. 70, p. 12-44, 2022.

NOIRET, Serge. História pública digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 28-51, maio 2015.

Dissertações e Teses

BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HEREDIA, Cecília Riquino. *Os dias eram assim: verdade, memória e história nos relatórios das Comissões da Verdade na Argentina, Paraguai e Brasil*. 2023. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

LUNARDI, Rafaela. *Preparando a tinta, enfeitando a praça*. O papel da MPB na abertura política brasileira (1977-1984). 2016. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: arte, resistência e lutas culturais durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1980)*. 2011. Tese. (Livre-Docência em História do Brasil Independente). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. *Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar na grande São Paulo, 1977-1984*. 1994. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da música popular brasileira (1959-1969)*. 1999. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

NOTAS

¹ Do conjunto da produção historiográfica do autor, destacamos os livros e coletâneas: a saber: NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023. v. 1. 176p. / NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). *Monumen-*

tos, memória e violência. 1. ed. São Paulo: Letra & Voz, 2022. v. 1. 320p. / NAPOLITANO, Marcos. *História Contemporânea 2: Do Entreguerras à Nova Ordem Mundial*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020. v. 1. 159p. / MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, M. (Orgs.). *O cinema e as ditaduras militares*. 1. ed. São Paulo: Intermeios / FAMECOS / FAPESP, 2018. v. 1. 231p. / NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico*. 1. ed. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2017. v. 1. 397p. / NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. v. 1. 172p. / NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. v. 1. 365p. / NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, R. P. S. (Orgs.); CZAJKA, R. (Org.). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. v. 1. 362p. / MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; KORNIS, Mônica (Orgs.). *História e Documentário*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. v. 1. 322p. / NAPOLITANO, Marcos. *A síncope das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. v. 1. 159p. / NAPOLITANO, Marcos; MORETTIN, Eduardo; SALIBA, Elias; CAPELATO, Maria Helena (Orgs.). *História e Cinema*. 1. ed. São Paulo: Editora Alameda, 2007. v. 1. 389p. / NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema em sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003. v. 1. 249p. / NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo (1977/1984)*. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2002. v. 1. 178p. / NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: história cultural da música popular*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. v. 01. 117p. / NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/1969)*. 1. ed. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001. v. 1. 370p. / NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2000. v. 1. 136p. / NAPOLITANO, Marcos. *Como usar a TV em sala de aula*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999. 137p. / NAPOLITANO, Marcos. *O Regime Militar Brasileiro (1964-1985)*. 1. ed. São Paulo: Editora Atual, 1998. 108p.

² NAPOLITANO, Marcos. *Nós, que amávamos tanto a democracia: protestos de rua contra o regime militar na grande São Paulo, 1977-1984*. 1994. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

³ Ratificamos aqui todo nosso respeito à memória de todos/as os/as desaparecidos/as políticos/as da Ditadura Civil-Militar Brasileira, cujo paradeiro é desconhecido ou cuja morte é presumida, embora não comprovada.

⁴ NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na trajetória da música popular brasileira (1959-1969)*. 1999. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. A tese foi publicada no formato de livro, vide: NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959/1969)*. 1. ed. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001. v. 1. 370p.

⁵ Dentre do conjunto de artigos sobre o tema publicados pelo autor em periódicos nacio-

nais e internacionais, destacamos alguns como: NAPOLITANO, Marcos; WASSERMAN, M. C. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História* (Impresso), São Paulo, v. 20, n. 39, p. 167-189, 2000. / NAPOLITANO, Marcos. Já temos um passado: 40 anos do LP “Chega de Saudade”. *Latin American Music Review*, Austin, Texas, v. 21, n. 1, p. 59-65, 2000. / NAPOLITANO, Marcos. A Música Popular Brasileira nos anos 60: apontamentos para um balanço historiográfico. *História, Questões e Debates*, Curitiba, v. 28, p. 123-149, 1999. / NAPOLITANO, Marcos. Do Sarau Ao Comício: Inovação musical no Brasil (1959/1963). *Revista USP*, São Paulo, n. 41, p. 168-187, 1999. / NAPOLITANO, Marcos. A Invenção da Música Popular Brasileira: um campo de reflexão para a História Social. *Latin American Music Review*, Austin, v. 19, n. 1, p. 92-105, 1998. / NAPOLITANO, Marcos; VILLAÇA, M. M. Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, p. 53-75, 1998. / NAPOLITANO, Marcos. Linguagem e canção: uma proposta para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, v. 7, n. 13, ANPUH/Marco Zero, São Paulo, 1986.

⁶ Para aprofundamentos, vide a tese defendida por Silvano Baia sob a orientação de Marcos Napolitano: BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular no Brasil (1971-1999)*. 2010. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Trata-se de um estudo da historiografia da música popular brasileira no início da década de 70 até o final da década de 90 do século XX em programas de pós-graduação em História mineiros e paulistas, analisando temáticas, conteúdos, abordagens, conceitos, tendências, fontes e metodologias dando a ver o processo de formação, fortalecimento e consolidação do campo nos estudos históricos brasileiros.

⁷ ROSENZWEIG, Roy. *Clio Conectada: O futuro do passado na era digital*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

⁸ Enquanto campo historiográfico emergente, a História Pública Digital operacionaliza-se a partir do estudo das experiências humanas na contemporaneidade cujos objetos de estudo são caleidoscópicos e complexos envolvendo o desafio de historiar e noticiar no ciberespaço, fazendo usos de diferentes linguagens digitais ao grande público como museus virtuais, passando por blogs, portais, redes sociais e acervos em geral, com a ampliação cada vez maior da audiência em espaços acadêmicos espaços/configurações de produção, divulgação e circulação do saber histórico acadêmicos e não acadêmicos de produção do conhecimento histórico em seus diferentes formatos.

⁹ Destacamos aqui, como experiência positiva, o portal Memórias da Ditadura, idealizado pelo Instituto Vladimir Herzog, que dispõe do maior acervo digital no país sobre o tema de forma didática com vídeos, fotografias, entrevistas, conteúdos interativos, multimídia, projetos pedagógicos, entre outros documentos. Constitui um espaço digital colaborativo de referência, dedicado à análise crítica dos 21 anos da História da ditadura no Brasil, sobretudo quanto às violações dos direitos humanos, voltado para o público geral, e principal-

mente alunos e professores da Educação Básica. O portal pode ser acessado pelo seguinte link: <https://memoriasdaditadura.org.br/>.

¹⁰ A historiadora Bittencourt assevera que “a História tinha como objetivo auxiliar a compor uma casta de privilegiados brasileiros, inculcando-lhes os padrões culturais do mundo ocidental cristão, fazendo com que se identificassem com o mundo exterior civilizado” (Bittencourt, 1992, p. 199). A historiadora Circe Bittencourt sublinha os usos do ensino de história como processo de legitimação da formação moral e política sem criticidade apenas como instrumentalização intelectual para exercício e domínio de poder das classes dominantes na formatação de identidades nacionais pouco difusas. O que não exclui os embates entre a História Sagrada, História Profana, História do Brasil. A primeira privilegiava o tempo do divino atravessada por elementos do sagrado cujos marcos temporais são os fatos religiosos demarcados pelo catolicismo com uma concepção de tempo cíclico cristão escatológico. No contraponto, uma História Profana assentada nas cronologias políticas dos senhores donos do poder, uma história decididamente política, patriarcal e misógina. Com a fundação Colégio Pedro II em 1837, primeira escola pública brasileira cujo ensino de história era obrigatório, inicia-se a longa caminhada do Ensino de História no Brasil de modo institucionalizado, que propunha uma História do Brasil dos grandes homens, colonizada e colonial, dos gabinetes e campos de batalha. Advogamos aqui por uma história dos heróis anônimos, das mulheres invisibilizadas, dos empobrecidos e das trabalhadoras marginalizadas.

¹¹ NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: arte, resistência e lutas culturais durante o Regime Militar Brasileiro (1964-1980)*. 2011. Tese (Livre-Docência em História do Brasil Independente). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Publicado no formato de livro, a saber: NAPOLITANO, Marcos. *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) - ensaio histórico*. 1. ed. São Paulo: Intermeios - Casa de Artes e Livros, 2017. v. 1. 397p.



Artigo submetido em 28 de fevereiro de 2025.
Aprovado em 02 de junho de 2025.